

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Escravos no hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia na segunda
metade do século XIX**

Tânia Salgado Pimenta*

Resumo: Entre os estudos sobre escravidão, a investigação sobre ‘saúde’ não tem se destacado como um objeto privilegiado, assim como nos estudos sobre história da saúde, os escravos têm sido pouco contemplados. Esta comunicação pretende contribuir para o desenvolvimento do tema ‘saúde e doença dos escravos’ ao analisar a presença dos cativos no hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMBA) durante a segunda metade do século XIX. Com a elaboração de dados a partir dos livros de registros clínicos e de pagamento de despesas hospitalares, procuramos entender mais sobre o cotidiano e as condições de vida de importante parcela da população, bem como sobre o dia a dia de um dos palcos fundamentais em que se desenvolveram as mudanças no exercício e na formação médica observadas ao longo dos Oitocentos.

Palavras-chave: escravidão, hospital, saúde

O projeto “Saúde do escravo no Rio de Janeiro e em Salvador no século XIX: doenças e práticas de cura” pretende constituir um banco de dados e apresentar um panorama qualitativo e quantitativo de múltiplos aspectos relacionados à saúde dos escravos nos Oitocentos. A pesquisa está sendo desenvolvida na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Instituto de Saúde Coletiva/UFBA.¹

Apesar dos numerosos trabalhos acadêmicos sobre escravidão e sobre história da medicina e da saúde, a questão da saúde e da doença do escravo no Brasil não tem sido objeto de análises dedicadas diretamente ao tema. Nesse sentido, o trabalho de Mary Karasch (2000) apresenta uma contribuição valiosa às análises voltadas para o assunto, ao dedicar um capítulo ao estudo das doenças dos escravos identificadas a partir, principalmente, dos registros de óbitos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro referentes à primeira metade do século XIX. Segundo a autora, os escravos que eram mandados para o hospital da Santa Casa, em geral, estavam morrendo ou não encontraram outro atendimento barato (2000:194).

Nesta apresentação, focaremos a investigação de documentos do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, pretendendo mostrar as possibilidades de elaboração de

* Pesquisadora do CCVISA/ISC/UFBA. Doutora em História. Este trabalho é desenvolvido na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Instituto de Saúde Coletiva, contando com o auxílio do CNPq.

¹ Conta com auxílio do CNPq.

análises em torno do tema da saúde do escravo com uso da variada documentação encontrada nesse acervo.

Interessa observar que nesse período identificamos mudanças significativas tanto na regulamentação do exercício das artes de curar, quanto no papel que o hospital desempenhava no ensino e na terapêutica acadêmicos. Por um lado, os terapeutas populares – como sangradores, curandeiros, parteiras – perderam, a partir do final da década de 1820, espaço para legalizar as suas atividades. Muitos eram escravos e descendentes que exerciam esses ofícios de acordo com concepções próprias de doença e cura. Por outro lado, os hospitais mais importantes do período, os das Santas Casas de Misericórdia da Bahia (SCMBA) e do Rio de Janeiro (SCMRJ), passaram por reformas administrativas que conferiram aos médicos um controle maior de seu cotidiano.² Estes estabelecimentos se destacaram não só por sua associação com as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, mas também por acolherem em suas enfermarias doentes sem vínculo com a irmandade.

Dessa forma, parte da população que não possuía condições de se tratar em seu ambiente doméstico, incluindo escravos e seus descendentes, poderia recorrer ao hospital da caridade como também era conhecido. Sobre a cidade de Salvador, encontramos pesquisas que trazem uma importante contribuição para o entendimento do tema como os de Russell-Wood (1981) e Isabel Sá (1997), voltados, respectivamente, para 1ª e 2ª metades do século XVIII, e Renilda Barreto, dedicado à 1ª metade dos Oitocentos. Embora o foco de Barreto (2005) não seja voltado para o tratamento médico dedicado aos escravos, sua análise comparativa entre o hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e o da Santa Casa de Lisboa, fornece dados sobre os doentes internados no hospital baiano. A sua investigação conclui que o número de cativos que recebia tratamento em suas dependências durante a primeira metade do século XIX era bem menor do que supunha a historiografia, apoiada nos estudos citados de Russell-Wood e Isabel Sá, que demonstram ter havido durante os Setecentos uma proporção maior de escravos internados no hospital.

Considerando estes três trabalhos, em nossa pesquisa priorizamos a segunda metade do XIX, com o intuito de entendermos a influência do fim do tráfico atlântico a partir de 1850 no tratamento dos escravos. Procurando identificar os escravos tratados no hospital da Santa Casa de Salvador, a partir de um levantamento documental do acervo da SCMBA,

² Sobre as transformações do exercício das artes de curar e do hospital da Santa Casa da Misericórdia no Rio de Janeiro, ver Pimenta, 2003.

escolhemos uma documentação que permite o cruzamento de dados: Livro de assentos das pessoas (homens e mulheres) que entraram no Hospital (1850-1852 e 1852-1855), Livro de entrada de homens para se curarem no hospital (1859-1864), Livro de entrada, e saída, e de óbitos dos doentes (1861-1864), Livro de registro clínico do hospital (1862-1873 e 1888), Livro de assentamento das quantias depositadas na Santa Casa por conta de curativos prestados ao hospital (1863-1870), Livro de C/C dos responsáveis por curativos de pensionistas no hospital (1871-1886), Atas da Mesa e Junta da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1850-1888).

O hospital da Misericórdia da Bahia foi fundado em 1549, funcionando em casas próximas à sede da Santa Casa. Tais instalações, no entanto, mostraram-se inadequadas ao longo do século XIX como espaços de cura. Em 1814, os médicos argumentavam à direção da Santa Casa que o hospital tinha pouca capacidade

“para receber o número dos doentes, que diariamente concorrem pelo progressivo aumento da população, e ainda mais a gente marítima, nacional e estrangeira, que segundo as últimas instruções, são todos recolhidos nele, crescendo além disso o achar-se o mesmo Hospital situado na crista da montanha tendo já sofrido alguma ruína numa das suas principais Enfermarias de onde a toda pressa foram removidos os doentes para outras Enfermarias já cheias” [...] (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 03/03/1814).

Em abril de 1831, a situação havia se agravado, o que suscitou uma discussão sobre a necessidade de se determinar o número de doentes que poderiam ser admitidos no hospital “para evitar a fatal necessidade de um dia fechar as suas portas”. Estabeleceu-se que, apesar dos problemas, continuariam a ser admitidos os doentes enquanto existirem cômodos para recebê-los (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 05/04/1831).

Em caráter transitório, o hospital foi transferido, em 1833, para o prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, localizado no Terreiro de Jesus, até que o novo hospital fosse construído.³ Cerca de trinta anos depois, observavam que o número de doentes do hospital crescia dia a dia, não havendo mais espaço suficiente para abrigar mais pessoas a procura de seu abrigo (livro 1º das atas, 21/06/1860). Ponderavam que o edifício não havia sido construído para ser hospital, sobretudo um hospital como o da Santa Casa: “tão complexo, visto como nela se recebem os doentes de toda sorte de enfermidades, alienados, sífilíticos, bexiguentos, parturientes, inválidos etc” (livro 1º das atas, 21/03/1863).

³ Em 13 de junho de 1828, foi colocada a primeira pedra do Hospital em Nazareth, cuja inauguração ocorreu em 1893. A transferência dos doentes para o prédio do antigo Colégio dos Jesuítas ocorreu em julho de 1833 (21/06/1833, livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta)

Ao longo do século XIX, o hospital era reconhecido como "o mais antigo e importante de todos" os estabelecimentos pios mantidos pela Santa Casa (livro 1º das atas, 21/03/1863), sendo “a cura e o tratamento dos miseráveis enfermos” o destino da aplicação da “maior parte de seus fundos” (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 20/02/1831). Como parte importante da sociedade baiana oitocentista, os escravos estavam integrados a seu cotidiano. Os escravos faziam parte do cotidiano do hospital. Embora houvesse discussões sobre a conveniência da Santa Casa manter escravos, os seus serviços não foram dispensados. Aqueles que trabalhavam como serventes e cozinheiros em geral eram propriedade da própria Santa Casa, enquanto os que exerciam artes de curar, mormente como sangradores, com frequência pertenciam a prestadores de serviço.

Os registros do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia fornecem informações sobre o emprego de escravos. O seu número variava em função das doações recebidas, das vendas daqueles que apresentavam um comportamento considerado problemático e das alforrias, muitas vezes compradas para si e seus filhos, com fez a preta Francisca, que solicitava também para os seus dois filhos Xisto e Maria em 13/06/1831 e outras duas escravas e seus respectivos filhos em 03/06/1855 (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta e livro 1º das atas).

Muitos foram doados por proprietários que não podiam arcar com as despesas do tratamento de seu escravo, o que significava que não se encontrava em sua melhor forma física ou mental (por exemplo, livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 28/8/1813; 11/02/1816; 11/01/1820; 15/01/1821). Dessa forma, essas doações não eram suficientes para atender à demanda por escravos para o serviço do hospital. Em 13/01/1830, o provedor levanta a questão: alguns assinalavam que "agora era boa ocasião de se comprarem tanto pela abundância deles, e baixa no preço, como por se achar breve o tempo da abolição total do comercio da escravatura” (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta).

A direção da Santa Casa procurava aproveitar melhor os serviços dos escravos de sua propriedade ao ensiná-los ofícios de interesse: “foi deliberado que se passasse a aprender o ofício de carpinteiro o pardo Jose escravo desta Santa Casa e o de Barbeiro os dois crioulinhos Tiburcio e Frederico” (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 18/07/1830). Consideravam que “era extrema a precisão de mais seis molecões para se acumular aos 43 que ao presente haviam, sendo destes uma terça parte crianças, velhos, e incuráveis” (livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta, 21/01/1830).

Nesse período travou-se um debate na Santa Casa sobre a venda de todos os cativos, o que propiciou o conhecimento do quadro de escravos. Em 22/08/1830, um irmão afirmava que a Santa Casa possuía

“35 escravos de diferentes sexos e idades, cinco dos quais estão velhos, três valetudinários, um deve ser forro já e já, um outro entregue a seu dono, depois de averiguado quem na verdade sejam: os vinte e cinco moços e sãos, segundo o menor valor atual deste gênero no mercado importam à 400 mil reis uns por outros, em 10 contos de reis: este capital deteriorável de dia em dia como o prova sem réplica o estado dos dez de que acima falo, e que deve mesmo desaparecer totalmente em um curto e determinado número de anos”.

Atentava, então, para a despesa do sustento e vestuário com os escravos, notando que “quinze forros livres (três quintos de vinte e cinco escravos) devem inquestionavelmente fazer dobrado e melhor trabalho que eles cuja inércia está na razão proporcional do nenhum lucro, e que a mais adoecem e fogem a prejuízo do serviço da Casa”. Ademais, o provedor e irmãos não teriam a “tristíssima necessidade de punir vícios e crimes (tão usuais e conforme com a bruteza e aviltamento da infeliz raça escrava) mandando infligir castigos, a que repugna o coração do homem sensível e revoltam o do homem cristão”. Propunha, desse modo, a venda dos escravos.

Por sua vez, o provedor, em 21/11/1830, emitia o parecer do provedor sobre a proposta de vender os escravos. Contando 33 escravos, detalhava que

“18 estão sãos, 4 velhos, 3 idem malucos, 1 com gota coral, 1 demente, que se ignora quem seja seu senhor, 1 mulatinho com 16 anos, aplica-se a carpinteiro, 1 dito com 8 anos aprende a Barbeiro-Sangrador, 1 dito de 7 anos aprende a Barbeiro-Sangrador, 1 velho bastante defeituoso dos pés, uma exposta por falecida, e restabelecida depois de longo prazo.” Defendia que “os 18 são aplicados como estão a todo serviço, e alguns há muitos anos, têm por isso o direito de proteção de sua Senhora esta Casa da Misericórdia, que devendo-a relatar em favor deles, em *justa* recompensa da fidelidade, obediência e assiduidade, com que tem prestado os seus serviços não tenham por paga serem levados ao martírio de uma praça em que se vendam como delinquentes, entregando-os talvez a desumanidade de tais Senhores, que os maltrate no que não concordo”.

Assim, em 13/03/1831, a proposta de venda de todos os escravos da Santa Casa foi rejeitada.

Além de trabalharem no hospital, os cativos estavam presentes neste espaço de cura como doentes em busca de abrigo e tratamento. No arquivo da Santa Casa da Bahia, encontramos livros de assentos das pessoas, homens e mulheres, que entraram no hospital, constituindo uma fonte serial que permite a análise quantitativa de seus dados. A ficha foi elaborada a fim de quantificarmos as seguintes informações: datas de entrada e de saída dos

doentes; enfermaria; nome do doente; idade; moléstia; cor; naturalidade; condição jurídica; proprietário; nação; ofício; estado civil. Além disso, reservou-se um espaço para observações.

É interessante observar que o levantamento sobre o início da década de 1860 mostrou que existem mais de um livro sobre o mesmo período, cujas informações não se repetem. Os livros apresentam títulos diferentes: “livro de registro clínico do hospital”; “livro de entrada e saída e de óbitos dos doentes”; “livro de assentamentos dos doentes na ocasião da entrada nos hospitais” e “livro de entrada de homens para se curarem no hospital.” Os dados obtidos a partir dessa documentação serão cruzados.

A pesquisa está sendo feita por amostragem e, inicialmente, priorizamos o início da segunda metade do século XIX e o período da epidemia de cólera (a partir julho de 1855), quando o hospital foi especialmente requisitado diante do flagelo. O trabalho pioneiro de Onildo David, *O inimigo invisível*, analisa as medidas do governo para conter a epidemia e o atendimento médico oferecido à população, indicando a importante participação da Santa Casa da Misericórdia nesse período de calamidade. Seu estudo lança luz sobre o sofrimento da população mais atingida pelo flagelo: pobres, escravos, negros e seus descendentes.

Os resultados preliminares apontam para um pequeno número de escravos registrados como doentes no hospital no começo da década de 1850, o que se modifica drasticamente com a chegada da cólera em 1855.

Outra série documental importante para a pesquisa refere-se aos “Livros de Assentamento das quantias depositadas na Santa Casa por conta de curativos prestados ao hospital”. As informações encontradas no livro são: data de registro; data de pagamento; valor cobrado; valor restituído; nome da pessoa que pagou; nome do proprietário do escravo; nome do escravo internado; cor do escravo; nação do escravo. Nem sempre o pagador e o proprietário eram a mesma pessoa. Os registros sugerem que os responsáveis pelos escravos tratados deveriam fazer um depósito quando estes fossem internados. Além disso, alguns registros informam a ocupação do cativo.

Esses livros limitam-se ao período entre 1863 e 1886. Portanto, somente à medida que a pesquisa dos livros de registros clínicos avançar cronologicamente, poderemos cruzar os dados elaborados a partir desses dois tipos de documentação.

Fontes:

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Livro 5º de Acórdãos da Mesa e Junta

Livro 1º das Atas da Junta

Livro de assentos das pessoas (homens e mulheres) que entraram no Hospital (1850-1852 e 1852-1855)

Livro de entrada de homens para se curarem no hospital (1859-1864)

Livro de entrada, e saída, e de óbitos dos doentes (1861-1864)

Livro de registro clínico do hospital (1862-1873 e 1888)

Livro de assentamento das quantias depositadas na Santa Casa por conta de curativos prestados ao hospital (1863-1870)

Livro de C/C dos responsáveis por curativos de pensionistas no hospital (1871-1886)

Bibliografia:

BARRETO, Maria Renilda Nery. *A medicina Luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1850)*. Tese de doutoramento. Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível – epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador, Edufba/Sarah Letras, 1996.

GANDELMAN, Luciana Mendes. “A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, vol. VIII, n. 3, (613-630), set.-dez. 2003.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

PIMENTA, Tânia Salgado. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. Teses de doutoramento. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2003.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. Brasília, EdUnB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.